



IV REUNIÃO ANUAL DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS

**Caracas, Venezuela
24 de novembro de 2003**

IMPACTOS DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA) NA MULHER

RECOMENDAÇÃO

Nós, membros da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, na ocasião da IV Reunião Anual da Rede,

CONSIDERANDO que, no real processo das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), os compromissos assumidos tendem a reduzir o poder dos Estados e dos Governos a legislarem em setores cruciais em prol do bem-estar de suas populações, principalmente em favor da condição da mulher, e que a implantação desses compromissos contradiz as constituições, violentando assim a soberania dos nossos povos;

CONSIDERANDO que os governos e os parlamentos têm a obrigação de informar suas populações sobre este assunto e criar espaços de consulta necessários com um espírito de transparência e de imputabilidade em todas as etapas do processo de negociação, principalmente em relação ao impacto exercido na mulher;

CONSIDERANDO que a discriminação feita à mulher persiste, apesar dos compromissos assumidos pelos Estados e Governos no marco de convenções internacionais, e que a maioria das mulheres, principalmente aquelas que vivem na pobreza, não tem condições de desfrutar completamente dos benefícios derivados da liberalização dos intercâmbios;

CONSIDERANDO que os atuais termos do projeto da ALCA poderiam restringir a capacidade dos Estados e Governos de prestar serviços públicos em diversos setores, como, saúde e educação;

CONSIDERANDO que os atuais termos do acordo poderiam prejudicar a mulher, atuante principalmente no setor informal, na economia social e na micro-empresa, a não ser que os textos prevejam a implantação de infra-estruturas de apoio às PMEs, particularmente àquelas empresas pertencentes à mulher;

CONSIDERANDO que a flexibilização das condições de trabalho lesam os direitos reprodutivos da mulher já que não lhe garantem o acesso às licenças pré-natal e gestante.

RECORDANDO que o Comitê Executivo da *Rede de Mulheres Parlamentares das Américas* analisou a problemática do impacto da ALCA na mulher em sua reunião extraordinária, realizada na cidade de Quebec em abril de 2001, e redigiu uma Declaração afirmando, entre outros pontos, “a necessidade de que as políticas de liberalização comercial e o processo das Cúpulas das Américas retratem as necessidades e as preocupações da mulher”;

ACORDAMOS promover a participação ativa da mulher nos pólos do poder político e econômico a fim de assegurar uma melhor representação das preocupações da mulher e retratá-las nos processos de negociação da ALCA;

ACORDAMOS fomentar a criação de mecanismos de coordenação com organizações não-governamentais e centros de pesquisa interessados pela condição feminina no contexto da integração continental, a fim de se ter acesso a pesquisas, estudos críticos e análises sobre este tema;

ACORDAMOS dar andamento que nos permitam exercer influência na próxima Reunião Ministerial da ALCA que ocorrerá no Brasil em julho de 2004;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a protegerem a propriedade intelectual e reconhecerem a cultura como um instrumento de desenvolvimento econômico que deve ser protegido;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a reconhecerem o valor do trabalho doméstico da mulher e incluírem-no nas estatísticas econômicas oficiais;

ACORDAMOS dar prosseguimento ao nosso trabalho dentro de nossos respectivos parlamentos e da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) a fim de obter informações necessárias sobre as problemáticas econômicas, políticas, sociais e culturais vinculadas à criação da ALCA, e para que os poderes executivos outorguem uma voz aos parlamentares das Américas junto às negociações relacionadas a este acordo;

EXORTAMOS a *Comissão Interamericana de Mulheres* (CIM), organismo especializado da *Organização dos Estados Americanos* (OEA), a pronunciar-se, o mais rápido possível, sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e seu impacto na mulher;

EXORTAMOS os participantes da Assembleia Geral da COPA a integrarem as preocupações da mulher em suas reivindicações relacionadas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas;

EXORTAMOS as parlamentares a trabalharem com afinco em prol da verdadeira integração econômica, política, social e cultural entre os povos das Américas através de acordos voltados principalmente para a eliminação dos obstáculos que representem as assimetrias e as desigualdades tanto interna como externamente entre as nações do continente;

EXORTAMOS os parlamentares, homens e mulheres, a exercerem um controle mais efetivo em relação aos Chefes de Estado e de Governo para que definam a soberania dos nossos países seriamente ameaçada por todos os tratados negociados no marco da ALCA, pelo pagamento de uma dívida externa impagável e pela imposição de políticas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) e pelas regras anti-democráticas da Organização Mundial do Comércio (OMC);

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a desenvolverem indicadores e emitir relatórios referenciados por gênero sobre o impacto exercido pela implantação das políticas de liberalização comercial, para que então sejam elaboradas políticas econômicas e sociais nacionais que considerem realmente a situação da mulher, especialmente no setor do trabalho informal;

EXORTAMOS todos os parlamentares da COPA, homens e mulheres, a fortalecerem a atuação dos parlamentos visando o acompanhamento do processo da ALCA, principalmente a partir da próxima reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) em Puebla, México, em fevereiro de 2004;

EXORTAMOS os governos e as nossas assembléias legislativas a criarem instâncias vinculadas a todos os setores incidentes na sociedade durante as discussões sobre todos os aspectos da ALCA;

RECOMENDAMOS que a COPA aprofunde as relações com os parlamentos dos países participantes do G-20;

RECOMENDAMOS que a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas realize um constante acompanhamento dos impactos da ALCA na mulher e convide as seções regionais da Rede a atuarem da mesma maneira diante de seus respectivos parlamentos.